



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS PATOS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

EDILEUZA MARIA DA SILVA

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

EDILEUZA MARIA DA SILVA

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Profa.Esp. Michelle Vicente Dantas

**PATOS - PB
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

S586d Silva, Edileuza Maria da
Desafios da educação dos surdos no ensino regular/
Edileuza Maria da Silva. - Patos, 2021.
18 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof^a. Esp. Michelle Vicente Dantas

1. Surdos 2. Educação 3. Ensino regular I. Título.

CDU – 376

EDILEUZA MARIA DA SILVA

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 10 /03 /2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Michelle Vicente Dantas- Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. M^a. Jéssica Rodrigues Florêncio - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Me. Jônatas Costa Bezerra – Examinado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que foi meu alicerce

A minha família que é minha fonte de inspiração

Aos professores que me mediaram em todo processo.

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios da educação dos surdos no ensino regular, retratando brevemente a história desse público até os dias atuais e apresentando as dificuldades enfrentadas por esses discentes no processo educacional. O artigo foi embasado nas Leis: LDB Nº9. 394 LBI Nº 13.146 e o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. O método de pesquisa é do tipo bibliográfico e qualitativo. Mediante as informações analisadas, constatou-se que a inclusão dos alunos surdos na escola regular ainda é um significativo desafio, ao qual obtivemos avanços perante a Lei, mas as instituições permanecem sem fornecer um ensino adequado, devido ao despreparo por parte das instituições e dos docentes, que não têm o conhecimento da Libras. Sendo assim, não há um ensino eficaz ao surdo. A educação inclusiva, especificamente do surdo, necessita de atenção por parte das instituições, pois tem responsabilidades perante a sociedade quanto à qualificação dos cidadãos e ao avanço do conhecimento. É necessário pensar em estratégias que visem melhorias no processo inclusivo dos surdos.

Palavras-chave: Surdos. Educação. Ensino regular.

ABSTRACT

This article focuses on the challenges of deaf education in regular contexts of education, briefly portraying the history of this audience to the present day and presenting the difficulties faced by these students and teachers in the educational process. The article is based on the Laws: LDB Nº9.394 LBI No. 13,146 and Decree No. 6,571, of September 18, 2008. Through all the information analyzed, it was found that the inclusion of deaf students in conventional/regular schools is still a great challenge, we have made progress under the Law, but the institutions remain without providing adequate education, due to the unpreparedness on the part of the institutions and teachers, who do not have the knowledge of Libras, so there is no effective teaching for the deaf students. Inclusive education, specifically for the deaf, needs attention on the part of institutions, as they have a responsibility towards the society regarding the qualification of citizens and the advancement of knowledge. It is necessary to think of strategies that aim to improve the inclusive process of this audience.

Keywords: Deaf. Education. Regular education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
1.1	Objetivos.....	07
2	EDUCAÇÃO DOS SURDOS DO BRASIL.....	07
2.1	Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais.....	08
2.1.2	Modelo de Educação dos Surdos.....	10
2.1.3	A formação e desafios dos professores na Educação básica dos surdos.....	10
2.1.4	As dificuldades enfrentadas pelos surdos na educação brasileira.....	12
3	MÉTODOS.....	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
	REFERÊNCIAS.....	17

1 INTRODUÇÃO

A educação do surdo passou por diversas transformações no decorrer dos anos, houve muitos avanços, entretanto, existem significativas barreiras a serem ultrapassadas. Para um ensino de qualidade, é necessário que as leis sejam cumpridas. Profissionais capacitados, escolas preparadas para atender de forma igualitária o surdo, respeitando suas especificidades linguísticas, suas características e sua cultura. Sendo primordial um ensino que proporcione a Libras no ambiente escolar como a língua materna dos surdos. Concordamos com o que diz Vygotsky (1896) acerca da linguagem ser a base para o pensamento, sendo por meio dela que surgem as manifestações sociais.

A educação do surdo ainda apresenta diversos entraves, pois, a inserção do surdo em sala regular ocorre, mas não da forma que deveria. As políticas públicas de inclusão do ensino regular têm buscado proporcionar o desenvolvimento pleno do surdo, porém, divergem da realidade atual, pois não é condizente com as práticas, existindo significativas limitações dentro do processo educativo e, conseqüentemente, o surdo não desenvolve suas práticas pedagógicas de forma a priorizar seu potencial e sua aprendizagem.

Nessa perspectiva, faz-se necessário e indispensável uma interação mais eficaz entre o surdo e a comunidade escolar, que dependerá exclusivamente de profissionais capacitados e envolvidos para disseminar a Libras, e assim, ocorrer melhorias na inserção desse público ao ensino regular.

Desta forma, o presente trabalho tem como principal finalidade apresentar os desafios a respeito da educação dos surdos no ensino regular. De acordo com Coelho (2012), a surdez pode ser dividida em dois grupos.

1. Congênita: quando o indivíduo já nasce surdo, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem.

2. Adquirida: quando o sujeito nasce com a audição e perde no decorrer da vida.

O tema foi escolhido com o objetivo de abordar a educação dos surdos, as dificuldades enfrentadas pelos surdos na educação brasileira, e como vem ocorrendo o processo de inserção desse público no ensino regular, com intuito de levar aos professores, órgãos competentes e sociedade, as adversidades que ocorrem no processo educacional dos

surdos, para ser traçadas estratégias de melhorias na aprendizagem desse público, pois, o surdo assim como qualquer indivíduo merece uma educação que respeite suas características.

O método de pesquisa foi classificado como bibliográfico e qualitativa, que consiste em um tipo particular de produção científica, feito através de levantamento bibliográfico, artigos, livros e revistas. Gil (2007) menciona que a pesquisa bibliográfica tem como exemplos fundamentais as averiguações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Para tanto, é importante salientar que diversos autores têm contribuído sobre esta temática para a difusão do conhecimento, contudo, ainda há muito que pesquisar.

O problema da pesquisa consiste nos desafios enfrentados pelos surdos na sala regular de ensino. A estrutura desse artigo está dividida em cinco partes, a qual começa na introdução, apresentando de forma sucinta o tema abordado, os objetivos, a fundamentação teórica que está dividida nos seguintes tópicos: Educação dos Surdos do Brasil; Modelos de educação dos surdos; Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais; A formação e desafios dos professores na educação básica dos surdos; As dificuldades enfrentadas pelos surdos na educação brasileira. Na terceira seção, a metodologia, e na quarta os resultados e discussão, na quinta seção as considerações finais, seguidos das referências bibliográficas.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

- Refletir sobre os desafios enfrentados pelos alunos surdos

1.1.2 Específicos

- Identificar os desafios enfrentados pelos surdos no processo de ensino e aprendizagem Apresentar as dificuldades metodológicas no processo de ensino para a inclusão do aluno surdo;
- Apontar as estratégias necessárias para incluir o aluno surdo no processo de ensino.

2 Educação dos Surdos do Brasil

A Educação Especial no Brasil teve início no século XIX quando foi promulgada a primeira Constituição Brasileira. Com a promulgação da Constituição, foram criadas instituições para abrigar pessoas com deficiências, que significava a materialização das formas mais avançadas acerca de cuidar dessa nova ordem social. As pessoas que fugissem

dos padrões biológicos da sociedade eram isoladas de modo a garantir o bom relacionamento entre os demais. Nada poderia impedir a manifestação das vontades particulares. (URBANEK, 2011).

Os surdos foram excluídos durante séculos, pois eram tidos como seres dignos de pena e vítimas da incompreensão da sociedade e dos familiares (SACKS,1998). No ano de 1990, com a criação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos-INES, que inicialmente utilizava a língua dos sinais, e depois passou a adotar o oralismo. A qual foi defendida no Congresso Internacional de Educação de Surdos em Milão, que foi entendido na época como o método mais eficaz, que propunha desenvolver a fala em surdos. A partir de então, foi adotado o oralismo como educação para os surdos, e a Língua de sinais foi proibida nas escolas. Tal método foi utilizado por diversos anos, até notarem sua ineficiência, e assim foi introduzido o modelo de comunicação total, o qual consistia em resgatar a comunicação do surdo, tal prática eram as mímicas e os gestos. Contudo, eram utilizados como forma a complementar o oralismo, entretanto, ainda assim, não se obteve êxito. Então, foi implementado o bilinguismo, trazendo significativas aprendizagens ao surdo, por meio de duas línguas: L1 (Libras) e L2 (Português) no Brasil.

A Libras foi oficialmente reconhecida no Brasil como segunda Língua em 2002, sendo um expressivo avanço para comunidade surda, mas no campo educacional os avanços foram poucos, pois são mínimos os educadores que têm domínio da Libras, o que apresentam inquietações para os profissionais da educação, sabendo-se que constitucionalmente é garantido todo direito ao público-alvo da Educação especial. Dessa forma, o surdo possui todos seus direitos garantidos dentro da lei, mas de forma prática, os profissionais não estão preparados para garantir o que nele consta, o que representa várias limitações no processo de ensino e para aprendizagem dos surdos.

2.1 Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais

A libras é utilizada por milhões de brasileiros, surdos e ouvintes, e de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), no Brasil existem mais de 10 milhões de pessoas com alguma deficiência auditiva. O aumento das adesões nas políticas públicas para a comunidade surda fez com que no ano de 2002 a Libras fosse reconhecida oficialmente como segunda Língua do Brasil pela Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que apresenta em seu primeiro artigo:

Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Contudo, uma das principais conquistas dos surdos ocorreu no ano de 2005, com o Decreto de nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que reconheceu a Libras como Língua e regularmente a Lei nº10. 436. De acordo com Santana (2003), o reconhecimento da Libras legitima o surdo como sujeito de linguagem. Além de acarretar algumas implicações linguísticas e cognitivas, muda a maneira como a sociedade o vê, transformando a concepção de pessoa “anormal” para “diferente”. A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que seja garantida forma institucionalizada de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Dessa forma, constatou-se que:

A língua de sinais é uma linguagem autêntica, com uma estrutura gramatical própria e com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração. Por ser tão completa quanto à língua oral é adequada, pode e deve ser utilizada no processo ensino e aprendizagem, exercendo o desenvolvimento, a comunicação e a educação dos alunos marcados por uma falta, a audição. (SOARES,1999, p.219)

O reconhecimento das Libras foi um significativo avanço para a comunidade surda, a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras, propiciando interação e compreensão entre ambos. Contudo, como menciona (1994 apud PIZZIO; QUADROS; REZENDE, 2009, p.9) , algumas pessoas têm uma visão errônea da libras, confundindo com mímicas e gestos. O autor ainda apresenta em sua afirmação que a libras possui uma estrutura diferente da Língua Portuguesa, entretanto, as expressões faciais e corporais fazem desta gramática de significativa importância, as quais facilitam a compreensão necessária ao desenvolvimento da pessoa surda com os ouvintes, mas que são diferentes das mímicas.

2.1.2 Modelos de educação dos surdos

A partir do século XVI, foram introduzidas modificações na educação dos surdos, trazendo como modelo o oralismo, comunicação total e o bilinguismo, adotado atualmente o bilinguismo como melhor prática para aquisição da comunicação dos surdos. De acordo com Goldfeld (1998), o surdo, para os bilínguas, não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir a surdez.

Segundo Alvez (2010, p.7), a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social. De acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm o direito a uma educação que vise garantir sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

Conforme a Lei. 13.145 art.28, o aluno surdo possui como garantia a oferta de uma educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (LEI. 13.145 art.28).

Esse modelo de Educação bilíngue assegura a identidade dos surdos, contudo, no Brasil, o ensino da Libras ocorreu de forma tardia, o que dificultou a aquisição da Língua. Portanto, como cita Fernandes (2002), a maioria dos surdos crescem em famílias que só utilizam português, e ao entrarem na escola, o português também é ensinado como Língua principal, ou seja, não existe o compartilhamento das duas Línguas. Isso acontece devido à falta de incentivo e condições para preparar os professores, que resulta em uma aquisição tardia da língua que mesmo possuindo a presença de um intérprete não é garantia para aprendizagem. Apesar das significativas lacunas, o bilinguismo vem ocupando cada vez mais espaços, principalmente em países como EUA, Canadá, Suécia, Venezuela, Israel e outros que desenvolvem diversas pesquisas sobre surdez e bilinguismo (GOLDFELD, 1998).

2.1.3 A formação e desafios dos professores na educação básica dos surdos

Sabemos que a escola Brasileira é marcada por diversos problemas estruturais e um dos maiores desafios enfrentados na contemporaneidade visa atender adequadamente aos alunos com deficiência, uma vez que esses alunos necessitam de uma adaptação no processo

de construção da aprendizagem, o que resulta em algumas limitações. Desta forma, é significativo que a escola disponibilize subsídio para um bom desenvolvimento desses alunos, de forma que respeite as suas particularidades.

Entretanto, existem diversos fatores que interferem diretamente nos processos de ensino e de aprendizagem do aluno surdo no ambiente escolar, que muitas vezes fogem do alcance dos professores que, em muitos casos, não foram preparados para mediar a escolarização do aluno com surdez. Conforme legislação, a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é a língua materna dos surdos, e o português a segunda na modalidade escrita, e de acordo com Art. 28 da LBI 13.145, é garantido formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio, entretando, isso não acontece na prática.

Os professores enfrentam diversas dificuldades e inquietações dentro da escola, pois sabe-se que legalmente é assegurado ao surdo um ensino igualitário que respeite sua cultura e características linguísticas, tanto na metodologia de ensino como nos recursos. Lopes (2011) menciona que a inserção do aluno surdo no ensino regular não é garantia de inclusão, é preciso antes de a inserção preparar a instituição para que possa receber de forma adequada o surdo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº9394/1996), os sistemas de ensino devem assegurar, principalmente, professores especializados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula, que sejam devidamente capacitados. Como consta em Lei, o surdo deve receber apoio necessário para assegurar sua aprendizagem, sendo assim, é necessário que os professores que irão atendê-los obtenham conhecimento acerca do seu papel na educação do discente.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola. (BRASIL, 2016, p. 21).

O Estado deve assegurar cursos de formação para capacitar professores na educação inclusiva, como também é preciso garantir formação continuada, para que seja possível garantir a inclusão. Espera-se que a formação seja promovida tanto em suas bases teóricas quanto em suas práticas, para que os conhecimentos profissionais sejam

compreendidos como evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, de formação continuada (TARDIF, 2010). A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas educacionais (GLAT & BLANCO, 2007).

2.1.4 As dificuldades enfrentadas pelos surdos na educação brasileira

As escolas brasileiras ainda não estão preparadas para atender os surdos, fala-se muito em direitos adquiridos, mas é necessário que ao ser inserido dentro do contexto escolar, o surdo tenha um ensino que respeite sua língua de forma que venha priorizá-la em quaisquer conteúdos, como também buscar formas/estratégias para que haja uma comunicação entre alunos surdos e ouvintes, pois uma das principais barreiras enfrentadas pelos surdos corresponde a ausência de comunicação que ocorre no ambiente escolar, e dessa forma, como bem ressalta Spenassato (2009), a maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com deficiência.

Para contribuir com a citação acima, trazemos a afirmação de Sacks (1990, p. 60), “sem linguagem não somos seres humanos completos e, por isso, é preciso aceitar a natureza e não ir de contra ela”. Como bem trouxe Sacks, à linguagem é parte fundamental para o processo evolutivo do ser humano, sobretudo, os surdos são seres que necessitam de ambientes que priorizem esse processo comunicativo, que forneça subsídio, e a escola deverá ser esse ambiente acolhedor.

Sabemos que o número de alunos surdos inseridos no ensino regular vem aumentando, mas sem ocorrer antes uma preparação adequada no que condiz as adaptações curriculares, arquitetônicas, de capacitação dos professores, inserção de intérpretes, conscientização das famílias e sociedade, a inclusão assim praticada será uma edificação sem alicerce. (LOPES, 2011).

Alunos surdos veem sofrendo com a falta de preparação dos docentes, entretanto, para esses alunos, os déficits na leitura e escrita acabam desviando a atenção. De acordo com Dorziat (1999), as crianças surdas ao ingressarem na escola, chegam com um repertório baixíssimo, por conta das restrições linguísticas, pois, na sua grande

maioria os pais são ouvintes e não possuem conhecimento da Libras. Muitas vezes são colocados dentro de uma sala regular, mas o ensino bilíngue não lhe é garantido, ou seja, esse sujeito recebe o mesmo tipo de educação dos alunos ouvintes, por vezes, o intérprete não é oferecido, dificultando cada vez mais o processo educacional.

Os surdos alcançaram direitos linguísticos que estão agora amparados pelas políticas públicas que se manifestam por meio da garantia de acesso e permanência desse aluno dentro das escolas regulares de ensino, embora na prática nem sempre possamos identificá-las. Portanto, a proposta de inclusão dos surdos nas escolas mais próximas de suas residências representa um primeiro passo para o exercício de cidadania, mas ainda não é suficiente para concretização da inclusão adequada.

O projeto de lei n.º 2.040-b, de 2011 afirma que “Será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas”. É explícito que é direito constitucional a oferta do ensino da Libras para os surdos, tornando-se uma ferramenta de busca inquestionável com respaldo legal.

3 MÉTODOS

A presente pesquisa foi do tipo bibliográfico e qualitativo que consiste em um tipo específico de produção científica. Através da pesquisa foi possível conhecer e analisar as contribuições teóricas sobre o tema abordado.

Para Prodanov e Freitas (2013), metodologia nada mais é do que estudar os caminhos do saber, aplicando procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Segundo Amaral (2007), pesquisas bibliográficas consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa, ou seja, pesquisa bibliográfica é uma pesquisa que é feita através de coletas de dados de fontes secundárias de informação. Assim, esse artigo foi elaborado por meio de fontes secundárias, como: artigos de revisão e livros que foram coletados a partir de estudos acadêmicos já existentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de toda discussão, foi possível verificar que a educação dos surdos perpassou por diversos obstáculos, os quais alguns já foram sanados. Entretanto, ainda há um longo caminho a seguir para que a inclusão dos surdos ocorra de forma adequada, assim como menciona Silveira (2009), sobre a visão errônea das pessoas perante a Libras, pois algumas ainda não conhecem, muito menos sabem que se trata de uma língua, com sua estrutura própria. Sendo assim, ao adentrar no ambiente de ensino regular, diversas dificuldades são detectadas, a começar pela dificuldade na comunicação entre o estudante surdo e ouvinte, a ausência de formação dos docentes, e a falta de um atendimento educacional especializado com profissionais devidamente aptos a ensinar de forma que respeitem as identidades linguísticas dos surdos. Por esse motivo, Lacerda (2006) diz que a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares ainda é considerada desafiadora. Apesar da comunidade escolar se mostrar disposta ao contato com as diferenças, essa relação não é necessariamente satisfatória para os indivíduos com necessidades especiais, os quais necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, têm sido negligenciadas pelas escolas.

Partindo desse ponto, sabemos que em diversos casos a escola tem tentado incluir o aluno surdo, entretanto, é necessário que ocorram diversas mudanças da comunidade escolar, a começar pelo respeito à estrutura linguística do surdo e buscar de estratégias para interação entre surdos e ouvintes, utilizando a Libras e não gestos e mímicas. Sem a utilização da Libras a compreensão do surdo fica prejudicada, dificultando seu entendimento diante dos assuntos abordados.

De acordo com o estudo neste artigo explicitado, compreende-se que muitas das barreiras encontradas na educação regular do surdo correspondem à falta de identidade no ensino da Libras, onde o bilinguismo L1 (Libras) e L2 (Português) não ocorre, tornando assim, um ensino sem sentido para o estudante surdo. Mesmo diante da Lei que visa assegurar uma educação voltada para o respeito de sua língua, sua estrutura e sua identidade cultural.

Lacerda (2006) menciona que essa problemática se desencadeia pela falta de conhecimento acerca das particularidades da surdez e principalmente como os sujeitos surdos se comunicam, pois nem todos professores tem o conhecimento da LIBRAS, o que dificulta o desenvolvimento dessas pessoas em seu processo de aprendizagem, originando um retardamento na comunicação, trazendo sequelas emocionais, sociais e cognitivas em sua vida escolar.

Novamente adentramos nas consequências que são causadas nos surdos pela falta de uma assistência educacional adequada, entretanto, uma solução plausível para amparar a falta de conhecimento a respeito da LIBRAS dos profissionais da educação seria as formações continuadas para os docentes; presença de intérprete de libras e professores de libras surdos, dentro da sala de aula regular, mas, isso apenas como forma para amenizar a defasagem no ensino dos surdos. Sabendo que apenas a presença do intérprete nada garante na aprendizagem do surdo. De tal forma, é necessário relevantes mudanças, mas ainda assim, é válido a inclusão do aluno em sala regular, é benéfico para surdos e ouvintes conviver com o diferente, onde aprenderão a respeitar o próximo e as suas diferenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi abordado sobre a história dos surdos, o reconhecimento da Libras, as dificuldades encontradas pelos surdos e professores no âmbito educacional, trazendo algumas Leis que possam garantir ensino de qualidade ao surdo, como também alguns teóricos que embasaram todo o estudo, foi possível concluir que a inclusão é clara em lei, porém, é preciso que seja retirada do papel, pois a realidade bem diferente do que regem os documentos.

É óbvio que os avanços ocorreram de forma relevante, entretanto faz-se necessárias políticas públicas direcionadas para formação de profissionais que estejam envolvidos diretamente nesse cenário.

É preciso preparar profissionais capazes de oferecer suporte para os alunos surdos, potencializando uma relação satisfatória entre professores e alunos, que seja um ambiente de transferência de saberes para ambas as partes.

Os alunos surdos possuem potencialidades que precisam ser exploradas e dificuldades que necessitam ser sanadas, só assim ocorrerá uma inclusão satisfatória. É preciso incluir-se para incluir.

Embora muito tenha sido abordado nesse artigo sobre a inclusão do surdo no ensino regular e suas dificuldades, estamos distantes de elencar todas as dificuldades relacionadas ao processo ensino aprendizagem do surdo. De modo geral, esse assunto merece mais atenção em trabalhos futuros, pois ao abordar esse tema, diversas indagações são levantadas e necessitam ser exploradas por meio de leituras sobre outros temas como: modelo de alfabetização do surdo; inserção do surdo no ensino médio e superior; entre outros assuntos

que precisam ser mais bem explorados e são temas bastante pertinentes para pesquisas futuras.

No mais, a educação inclusiva, especificamente do surdo, precisa de uma melhor atenção por parte das instituições, pois têm responsabilidades com a população, qualificando os cidadãos, para obter avanço em seu conhecimento, e pensar em estratégias que visem melhorias no processo inclusivo dos surdos.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, C. B; FERREIRA, J. P; DAMÁZIO, M. M. ; **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007.

BRASIL LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 263 PDF)

COELHO, K.S. **Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.** Indaial: Uniasselvi, 2012.

Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2005.

DORZIAT, A. **Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica.** In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.27-40.

FERNANDES, E. (Org.) **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GOLDFELD, M. **Fundamentos de Fonoaudiologia.** Rio de Janeiro: Editora Guabara Koogan, 1998.

LACERDA, C. B.F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. São Paulo, Campinas. CADERNOS _____ CEDES, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006

Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais

Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Dispõe sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência

LOPES, M.A.C.; LEITE, L.P. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n.2, p.305-320, 2011.

PIZZIO, A. L. ; QUADROS, R. M. de ; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis/SC: UFSC, 2009

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul. 2013

PROJETO DE LEI N.º 2.040-B, DE 2011. Art.26-B.

SACKS, O. **Vendo vozes – jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 16.994 apud PIZZIO; QUADROS; REZENDE, 2009, p.9)SANTANA, Ana Paula. **O. Reflexões neurolingüísticas sobre a surdez**. 2003. 312 p. Tese (Doutorado) - Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

SANTOS, E. B. C.. (s.d). **Os desafios de se trabalhar a leitura e a escrita nas series iniciais do ensino fundamental**.Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcoordenacaoescolagestores.mec.gov.br%2Ffuft%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F1003%2F1221%2F2477%2FTCC_ESTER_1_1_Enviado_em_PDF.pdf&ei=O1MsVLb7NifOggS67YCICg&usg=AFQjCNFPcyiRoOcJYGDGBTB81EsvFlalg&sig2=z0Bh3ES2-BK_GFuMzxPfAg. Acesso em 10. dez. 2020.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores associados, 1999,p.219.

SPENASSATO, D.; GIARETA, M. K. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas por professores de matemática no ensino médio da EENAV**. In: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10, 2009.

SILVEIRA M. D. D. **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

URBANEK, Dinéia; ROSS, Paulo. **Educação inclusiva**. 2. ed. Curitiba: Editora Fael, 2011.

TARDIF, M. A. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch (1896-1934). **Pensamento e Linguagem**. Trad. Néelson Jahr Garcia. Ed Ridendo Castigat Mores.

VIROLE, B. **Adolescence et surdit **.2005. Disponível em: <http://www.benoitvirole.com> . Acesso em: 06 janeiro 2020.